

ILMO. SR. (A) PREGOEIRO (A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SETOR DE LICITAÇÕES

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO**

**Nº 87/2018
Nº 106/2018**

Prezados,

A empresa **PROLIFE EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI.**, estabelecida na Av. Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, 6800 – Desm. Murilo Gattini, CEP 37550-000 – Pouso Alegre/MG, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 66.783.630/0002-79 e I. E. Nº 001030811.00-30, filial situada na cidade de São Paulo, na Rua Mirassol, 310 – Bairro: Vila Clementino – CEP: 04.044-010, inscrita no CNPJ sob o n. 66.783.630/0001-98, vem, respeitosa e tempestivamente, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO**, pelos seguintes motivos:

I – ALEGAÇÕES E MOTIVOS

Após análise técnica e detalhada do descritivo, observa-se que a reunião das características solicitadas no descritivo do item 07 DIRECIONAM a uma empresa, a saber **Mindray** pois apenas esta produz equipamento que atenda a todas as características reunidas nos descritivos. Fica claro, portanto, que essas solicitações restringem a participação de diversas empresas e beneficiam a **Mindray**.

Tais exigências afetam a competitividade no certame e ferindo o princípio da isonomia/igualdade, livre concorrência e legalidade, cernes das compras públicas, previstos na Constituição Federal e nas leis infraconstitucionais que regulamentam as licitações públicas, devendo, desta forma, ser revista desde logo, a fim de se evitar que todo o processo licitatório fique maculado.

Está claro o direcionamento para a marca, pois somente os equipamentos comercializados pela marca Philips Medical System aptos a participar do processo. Tal participação deve ser tratada de forma injusta e ilegal, uma vez que não existem concorrentes hábeis a disputar o item.

De acordo com o art. 3º da lei 8.666/93 inc 1º: cabe aos agentes públicos tratar de forma igualitária todos os licitantes, não aceitando quaisquer direcionamentos para determinada marca. Como preconiza a referida lei, no presente certame está ocorrendo um flagrante direcionamento

Pró-Life Equipamentos Médicos Eireli

Filial
04044-010 - Rua Mirassol, 310
Vila Clementino - São Paulo - SP - Brasil
Tel. 55 11 5081-7190/ 55 11 5539-0746

Matriz
37550-000 - Av. Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, 6800
Desm. Murilo Gattini - Pouso Alegre - MG - Brasil
Tel. / Fax. 55 35 3425-8150

para a marca **Mindray**, com o Monitor Multiparâmetros BeneVision N19 e BeneVision N22 e consequentemente uma ilegalidade na licitação. Caso persista, o presente certame deve ser revogado para que sejam revistas as especificações técnicas.

A combinação das solicitações **“Inclusão de dados do paciente (ID, NOME) com leitor de código de barras”, “Possível a expansão modular para a medida dos seguintes parâmetros: Eletroencefalograma (EEG) e Transmissão Neuro Muscular (TNM/NMT) e estar disponíveis no mercado brasileiro para aquisição” e “permitir funcionamento de no mínimo 4 horas com bateria interna”** afunila o descritivo, possibilitando apenas a marca citada atender totalmente o edital.

“Inclusão de dados do paciente (ID, NOME) com leitor de código de barras”

No edital está “possibilidade de leitura com leitor de Código de barras”, nessa frase não fica claro se essa função deve acompanhar ou não o equipamento.

A função de leitor de Código de barras não é usual em monitores multiparâmetros, esse recurso é mais usual em monitores de triagem. Caso esse recurso seja apenas possibilidade futura, deixa dúvidas se esse não é apenas um filtro de marcas, que em conjunto com outras características solicitadas apontam para direcionamento da marca GE.

Para que o processo não fique corrompido, pedimos a retirada de tal exigência.

“Possível a expansão modular para a medida dos seguintes parâmetros: Eletroencefalograma (EEG) e Transmissão Neuro Muscular (TNM/NMT) e estar disponíveis no mercado brasileiro para aquisição”

Estes parâmetros são pouquíssimos utilizados, já que no dia a dia do centro cirúrgico, o cirurgião dá feedback verbal imediato ao anestesista, caso o paciente reaja a algum estímulo cirúrgico. Além disso, os monitores que devem ser destinados aos centros cirúrgicos já possuirão a possibilidade futura de Análise de Agentes Anestésicos (AA) e possibilidade futura de inserção do BIS para verificação do nível de consciência, estes sim, parâmetros muito mais importantes e mais utilizados neste setor.

Considerando os pontos discutidos acima, conclui-se que a solicitação de possibilidade futura de EEG e TNM é desnecessária já que há a presença dos parâmetros AA e BIS, muito mais utilizados nos centros cirúrgicos. Além disso, a solicitação de possibilidade futura de EEG e TNM apenas contribuiria para o aumento dos gastos com as aquisições dos monitores, já que haverá considerável redução da quantidade de empresas licitantes e, consequentemente, menor competitividade no processo licitatório. Desta forma, haverá um gasto muito maior por conta de um parâmetro que além de pouco utilizado, nem sequer é solicitado prontamente.

Considerando as afirmações acima, gentilmente solicitamos a remoção da solicitação de possibilidade futura de EEG e TNM com a intenção de aumentar a quantidade de licitantes participantes da disputa deste item, que sejam capazes de fornecer monitores de qualidade que atendam à Finalidade do Objeto do item 7, além de possibilitar que os gastos com as aquisições destes equipamentos sejam feitos com parcimônia.

“Permitir funcionamento de no mínimo 4 horas com bateria interna”

De acordo com análise das especificações técnicas pode-se concluir que o mesmo não será utilizado para transporte, visto que uma das especificações é a conexão com central de monitorização. Além disso, parâmetros intermediários/avançados como Pressão Invasiva, Capnografia, Eletroencefalograma (EEG), Índice Bi-espectral (BIS) e Transmissão Neuro-muscular (TNM/NMT) são comumente utilizados em Centros Cirúrgicos, nos quais não é necessário a utilização do Monitor Multiparâmetro na bateria por 4 (quatro) horas. Estes equipamentos com o tempo reduzido atendem satisfatoriamente o uso intra e inter-hospitalar. Fica claro, portanto, que essa solicitação restringe a participação de diversas empresas e tais exigências devem ser revistas desde logo, a fim de se evitar que todo o processo licitatório fique maculado.

Com o intuito de aumentar a participação de outros licitantes no presente certame, sugerimos a redução do tempo de funcionamento da bateria.

III - FUNDAMENTO LEGAL QUE EMBASA A IMPUGNAÇÃO

Para permitir a competição no pregão solicitamos que sejam retiradas tais solicitações, ou que seja declarado que o não atendimento a tais características não implicará na desclassificação das demais empresas.

Neste sentido, a presente licitação é regida pela Lei 8666/93, que versa sobre o instituto da Licitação, e segundo o “caput” do edital em referência, torna-se evidente que a presente licitação aplicar-se-á tal legislação, que em seu artigo 3º preleciona:

“Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impeçoabilidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos “.(g.n.)

É vedado aos agentes públicos:

*1 – Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que **comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleça preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de***

qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

Nossos Tribunais vêm decidindo que é expressamente proibido que o Edital estabeleça disposições que frustrem ou restrinjam seu caráter competitivo, in verbis:

"ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO PÚBLICA - SERVIÇOS DE LEITURA DE HIDRÔMETROS E ENTREGA DE CONTAS - EDITAL - EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR - CAPACITAÇÃO TÉCNICA - ARTIGO 30, § 1º, I, E § 5º DA LEI N. 8.666/93 - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO".

"É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações."

E mais:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DECISÃO JUDICIAL DETERMINANDO PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA AGRAVADA NA CONCORRÊNCIA E CONTINUAÇÃO DO CERTAME RESISTÊNCIA PARCIAL AO CUMPRIMENTO A DECISÃO DO TRIBUNAL.

INEXISTÊNCIA DE REFORMATIO IN PEIUS. EXISTÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL DO AGRAVANTE. PEDIDO DE DESISTÊNCIA DO RECURSO DE AGRAVO PARA O FIM DE OBSTAR A PARTE DA DECISÃO. LICITAÇÃO E PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E IMPESSOALIDADE.

Além de garantir a proposta mais vantajosa para a Administração, a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia (art. 3º, caput, da Lei 8.666/93). 8. Na Lei 8.666/93 o princípio da impessoalidade está no § 1º, I e II, do artigo 3º, que proíbe nas condições editalícias, qualquer tipo de discriminação que frustre o caráter competitivo do certame. (...)" (grifo nosso).

Ainda, Pelo Princípio da Vantajosidade e Economicidade, presume-se como sendo prerrogativa da Administração Pública a congregação do maior número possível de concorrentes, viabilizando agregar preço e qualidade aos serviços, como aspectos que interagem e se complementam, promovendo, desta forma, maior competitividade entre os participantes e opções para o órgão licitante em adequar suas possibilidades e necessidades junto ao serviço licitado.

Neste sentido colecionamos o brilhante posicionamento de **Marçal Justen Filho** quanto ao tema:

"A licitação busca selecionar o contratante que apresente as melhores condições para atender os reclamos do interesse público, tendo em vista todas as circunstâncias previsíveis (preço, capacitação técnica, qualidade, etc)."

Esperamos que esta D. Comissão considere a presente impugnação, e não escoreie pressupostos que regem a Lei 8.666/93 e seus Princípios, pois conforme demonstrado, o presente caso se

adequa à hipótese de lesão grave de difícil reparação visto que restringe a competitividade do certame.

Salientamos ainda, que um só fabricante atendendo as características solicitadas, fará com que o preço seja extremamente alto, o qual essa Instituição terá que se sujeitar a pagar, uma vez que não terá outra opção de equipamento.

VI - DO PEDIDO

Diante dos fatos e fundamentos ora apresentados, a **Prolife Equipamentos Médicos Eireli** tendo confiança no bom senso e sabedoria desta respeitada Instituição Pública, **requer:**

- **Retificação do Instrumento Editalício**, não só pela impossibilidade de nossa participação no certame da forma como se apresenta, mas também pelo fato do atual Edital estar eivado de caráter discriminatório para com os possíveis participantes, retificando e evitando grave lesão ao direito e garantia fundamental.

Salientamos que nosso intuito com esta impugnação não é acusar esta digna instituição, bem como de ferir quaisquer dos princípios da Lei, ou de proteger qualquer fornecedor em detrimento de outros, e sim colaborarmos para que se obtenha uma licitação justa com a participação de mais de um licitante.

Aproveitamos a oportunidade para encaminhar nossos votos de estima e consideração.

Termos em que,
Pede Deferimento,

São Paulo, 13 de dezembro de 2018.



Erick Yuki Hiratsuka
DPTO DE LICITAÇÕES
CPF. nº 321.985.398-61
RG. nº 30.543.863-3 SSP-SP